

ÍNDICE

Apresentação	5
António Pedro Pinto Monteiro	
 DOCTRINA – A ARBITRAGEM DESPORTIVA	
O impacte da ‘legislação Covid’ na regulamentação desportiva: que efeitos futuros na determinação da competência material do Tribunal Arbitral do Desporto?	9
Alexandre Miguel Mestre	
Arbitragem (necessária) desportiva e justiça administrativa	31
Ana Celeste Carvalho	
A arbitragem necessária no Tribunal Arbitral do Desporto: debatendo uma indispensável reforma	85
Artur Flaminio da Silva	
Especificidades da Arbitragem Voluntária no Tribunal Arbitral do Desporto	121
José Mário Ferreira de Almeida	
A Arbitragem desportiva	155
Nuno Albuquerque	
A responsabilidade dos clubes desportivos pelo comportamento dos seus adeptos. Uma análise jurisprudencial	191
Tiago Rodrigues Bastos / José Ricardo Gonçalves / Sérgio Castanheira	
A Riff on the Legal Saga of Claudia Pechstein – Litigation as a Sub Optimal Means of Advancing Transparency and Legitimacy in Sports Arbitration	223
Clifford J. Hendel / Gary Smadja	

DOCTRINA – OUTROS CONTRIBUTOS

Um comentário ao novo regulamento de arbitragem da CCI	245
Ana Serra e Moura	

Sobre a nova lei de arbitragem de Macau e breves apontamentos acerca de criptoactivos.	271
Hugo M. R. Duarte Fonseca / Fátima Dermawan	

Liberdade e a vertigem de tudo prever: autonomia das partes na arbitragem institucional.	289
Nuno Pena / Manuela Costa / Carolina Apolo Roque	

JURISPRUDÊNCIA

Crónica de Jurisprudência	311
Armindo Ribeiro Mendes / Sofia Ribeiro Mendes	

RECENSÕES

Recensão à obra <i>A Resolução de Conflitos Desportivos em Portugal: Entre o Direito Público e o Direito Privado</i>, de Artur Flaminio da Silva	347
Isabel Celeste Fonseca	

António Pedro Pinto Monteiro

Professor Associado da Universidade Autónoma de Lisboa

Professor Convidado da NOVA School of Law

Advogado e Árbitro

Investigador do Ratio Legis

Apresentação

O Desporto suscita paixões, gera riqueza e goza de grande popularidade, especialmente em certas modalidades (como sucede com o futebol, em Portugal). Para além disso, é também fonte de litígios, muitos dos quais têm sido resolvidos em arbitragem, sobretudo no Tribunal Arbitral do Desporto. O Desporto gera, ainda, questões controversas a que, do ponto de vista científico, importa dar a devida atenção.

Tudo isto justifica que, cada vez mais, a *arbitragem desportiva* deva ser estudada e colocada na ordem do dia. É essa a razão pela qual o (habitual) *dossier* temático do presente número da *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação* (RIAC) é dedicado à arbitragem desportiva. Algumas das questões que se colocam nesta matéria têm vindo, aliás, a ser discutidas pelo Conselho de Arbitragem Desportiva da Associação Portuguesa de Arbitragem (APA), que temos o prazer de integrar juntamente com Nuno Albuquerque (Presidente), Gonçalo Malheiro e Pedro Melo.

O actual n.º 15 da Revista conta, assim, com sete interessantes artigos que exprimem visões e preocupações diferentes sobre o tema, da autoria de: Alexandre Miguel Mestre, Ana Celeste Carvalho, Artur Flamínio da Silva, José Mário Ferreira de Almeida, Nuno Albuquerque, Tiago Rodrigues Bastos / José Ricardo Gonçalves / Sérgio Castanheira, e Clifford J. Hendel / Gary Smadja. No final da Revista inclui-se, ainda, uma recensão de Isabel Celeste Fonseca a uma obra marcante, do nosso país, com grande relevância para a arbitragem desportiva: *A Resolução de Conflitos Desportivos em Portugal: Entre o Direito Público e o Direito Privado*, da autoria de Artur Flamínio da Silva.

Para além dos artigos incluídos no *dossier* temático, o presente número da RIAC contém outros textos relevantes e controvertidos sobre diversos temas, com interesse teórico e prático para o mundo da arbitragem. Referimo-nos aos artigos de: (i) Ana Serra e Moura, sobre o novo Regulamento de Arbitragem da CCI; (ii) Hugo M. R. Duarte Fonseca / Fátima Dermawan, a respeito da recente lei de arbitragem de Macau e a questão das criptomonedas; e (iii) Nuno Pena / Manuela Costa / Carolina Apolo Roque, quanto à autonomia das partes na arbitragem institucionalizada.

A jurisprudência ocupa o terceiro capítulo da Revista. Aqui podemos encontrar a habitual e sempre interessante crónica de jurisprudência, de Armindo Ribeiro Mendes e de Sofia Ribeiro Mendes, onde nos são relatados os principais desenvolvimentos jurisprudenciais em matéria de arbitragem.

Por fim, no quarto capítulo da Revista temos a rubrica final de resenhas, que visa dar a conhecer obras recentes e com relevância para a comunidade arbitral. É esse o caso da mencionada obra de Artur Flaminio da Silva, cuja resenha ficou a cargo de Isabel Celeste Fonseca.

A terminar, queremos deixar o devido (e merecido) agradecimento: (i) a todos os Autores, pelos excelentes contributos que deram à RIAC; (ii) à editora Almedina, por ter autorizado a disponibilização *online*, no site da APA, dos primeiros cinco números da RIAC (publicados entre os anos de 2008 a 2012); (iii) a António Vieira da Silva, pela sua prestimosa colaboração na Revista como Director Adjunto, e a Ana Coimbra Trigo, por ter aceitado assumir o referido cargo a partir do presente número.

Lisboa, Maio de 2021

ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO